

Movimento 5 Estrelas: informação e os perigos da democracia direta

Bruna Maciel

A internet promoveu uma revolução definitiva na forma como são construídas as relações sociais. Ao impactar todas as esferas da vida em comunidade, a rede passou também a adquirir a conotação de ferramenta política nos dias atuais. Nessa nova realidade, cabe perceber que as novas tecnologias estão interferindo no modelo de democracia representativa, sistema político comum à boa parte dos países do mundo, impondo desafios e adicionando possibilidades ao processo de transformação já em curso. Essas possibilidades, por sua vez, podem ser tanto vantajosas, quanto perigosas.

Uma interferência marcante da internet na política aconteceu na Itália, em 2009, com o surgimento do chamado Movimento 5 Estrelas. Auto-intitulado como um “não partido”, ainda que concretizado como partido político, o Movimento 5 Estrelas teve início como um experimento do comediante italiano Beppe Grillo e do empresário da comunicação Gianroberto Casaleggio. O objetivo do Movimento era, justamente, estabelecer uma democracia direta com o uso da internet (VERDÚ, 2019). O Movimento 5 Estrelas nasce de uma crítica à política tradicional e, a partir de então, utiliza a coleta de dados e demandas dos internautas italianos para definir as diretrizes do partido. As pautas são decididas *online* de acordo com sua popularidade, portanto, dependem diretamente do algoritmo digital.

O surgimento desse movimento demonstra uma realidade comum em diversas partes do mundo: o desgaste com a democracia representativa e a descrença com relação às instituições políticas e como elas se configuram até o momento (ESPECIAL..., 2020) gerando nos cidadãos o desejo de “tomar a política nas próprias mãos”. Em meio ao ressentimento da comunidade para com o sistema de governo, a internet surge como

alternativa e a mobilização permitida pelo experimento do Movimento 5 Estrelas permite que o ativismo digital seja quase imediatamente transmitido ao sistema político real. Essa forma de articulação dá início ao que passa a ser um novo modelo de democracia direta nunca antes visto, ou mesmo pensado, antes do surgimento das redes sociais.

Democracia direta?

A democracia direta é a forma de organização do poder político em que a soberania é exercida diretamente pelo povo (BORBA, 2007). Na democracia direta, o povo não delega seu poder de decisão (MERELES, 2017), ao contrário do que acontece no sistema de democracia representativa por meio das eleições para escolha de representantes. Conseqüentemente, no modelo direto de democracia, qualquer cidadão pode participar ativamente da tomada de decisões (MERELES, 2017), enquanto na democracia representativa esse espaço está restrito àqueles representantes eleitos pelo povo.

Na atualidade, a democracia direta enfrenta evidentes restrições — uma reunião em praça pública com os habitantes de uma cidade, por exemplo, nas proporções de povoamento urbano que existem hoje, é inviável. Considerando essa dificuldade, a democracia representativa é a escolha de modelo político de grande parte dos países do mundo. Na democracia representativa, a participação dos cidadãos não é direta e se dá por meio do voto: em eleições institucionalizadas, que ocorrem em um período regular, são escolhidos representantes que participam da tomada de decisões.

O Brasil conta, formalmente, com instrumentos de democracia direta estabelecidos na Constituição de 1988: o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular (BORBA, 2007). Esses recursos, entretanto, foram pouco explorados na democracia brasileira. Avritzer (apud BORBA, 2007) nota que, nas poucas ocasiões em que foram utilizados, a escolha foi decorrente de conflitos internos ao Poder Legislativo. Outro exemplo de oportunidade de participação direta no Brasil é o orçamento participativo. Já tendo sido implementada em

alguns municípios brasileiros, a proposta do orçamento participativo permite aos cidadãos influenciar ou decidir sobre os orçamentos públicos por meio de assembleias abertas e periódicas (EMMANUELE, 2016).

Outros países, entretanto, apresentam um histórico mais robusto do uso de mecanismos de exercício de democracia direta: na Suíça, além do tradicional sistema representativo, há uma prática de consulta popular cotidiana no país, ocorrendo algumas vezes por ano. Além disso, o país tem um referendo obrigatório para mudanças na Constituição.

Ao longo dos últimos anos, as novas tecnologias demonstraram uma possibilidade de transformação na prática da democracia direta. Com o advento da internet, o problema espacial toma uma nova forma: seria possível que todos os cidadãos pudessem dividir um espaço virtual e, assim, retomarem a proposta de autogoverno?

Levando em consideração sua simples descrição, é possível perceber que a democracia direta não é inerentemente boa ou ruim. O mesmo acontece com relação ao uso de tecnologia para exercício da democracia. O perigo, na verdade, relaciona-se à sua associação com o ciberativismo e à forma como este se traduz no cotidiano político.

A experiência do Movimento 5 Estrelas com a democracia direta

O Movimento 5 Estrelas tem início a partir de um blog — o blog do Beppe Grillo, comediante italiano. A possibilidade de atuar politicamente por meio de postagens em um blog, combinada com a proposta de um movimento “desideologizado”, impulsionou a popularidade do partido entre os cidadãos descrentes com a política até então. “Era um artefato político de pretendida participação direta, desenhado contra a denominada casta, o poder, as instituições” (VERDÚ, 2021).

A ideia de “desideologizar” advém da possibilidade de que os internautas “escolham” os posicionamentos do partido. O blog passa a funcionar como um medidor de

popularidade desses posicionamentos: aqueles mais aceitos serão aqueles defendidos pelos representantes do Movimento 5 Estrelas na política italiana. A proposta foi surpreendentemente bem aceita pela população, que percebia o desgaste da política tradicional e prezava pela praticidade e inovação oferecida pelo movimento

Ao longo dos últimos anos, o partido cresceu exponencialmente em popularidade. O Movimento 5 Estrelas é o maior grupo no Parlamento desde as eleições de 2018, quando conseguiu 32% dos votos dos italianos (JONES, 2021). Recentemente, o partido encontrou alguma turbulência sob a liderança de Luigi Di Maio, que atualmente é Ministro das Relações Exteriores. Hoje, o ex-Primeiro-Ministro Giuseppe Conte é o líder do partido, ainda que sem o apoio do comediante Beppe Grillo (VERDÚ, 2021).

O desgaste com a política, que ultrapassa a fronteira da Itália, encontrou apoio na retórica anti-*establishment* do partido e, embora o experimento não tenha sido replicado com os resultados que obteve o Movimento 5 Estrelas, a ideia de governar por redes sociais parece cada vez mais apelativa para aqueles que estão insatisfeitos com a democracia representativa. No entanto, é preciso considerar a existência dos contratempos que possam surgir a partir do momento em que um clique, ou até mesmo um *like*, passa a equivaler a um voto.

Perigos da informação para a democracia direta

A adaptação da democracia direta para a internet e, em especial, para as redes sociais, enfrenta diversos desafios. Em primeiro plano, deve-se considerar a desigualdade social como fator inibidor de participação para determinados grupos sociais. Borba (2007) ressalta a urgência de se enfrentar a exclusão social e suas consequências em termos de exclusão política e digital na trajetória de informatização da política. Embora todos tenham o direito legal de participar do debate, o elo entre tecnologia e participação política pode afastar da segunda aqueles que não tiverem acesso adequado à primeira, comprometendo o exercício da democracia. Em um cenário de desigualdade socioeconômica como o do Brasil, uma

ferramenta de inclusão dependente da internet poderia rapidamente se tornar um fator de exclusão, marginalizando aqueles menos favorecidos economicamente que não contam com a mesma facilidade de acesso e uso da rede.

No entanto, o maior desafio reconhecido para a adaptação da internet como ferramenta política, e aquele para o qual ainda não se encontrou solução plenamente adequada e eficaz, é o das *fake news*. De acordo com estudo do MIT realizado em 2018, a propagação dessas notícias ocorre 70% mais rápido do que a de notícias verdadeiras (FAKE..., 2018). A veiculação dessas notícias, ainda que falsas, podem interferir de forma bastante real no processo de tomada de decisão, especialmente quando criam preocupações acerca de pautas inverídicas que passam a concernir um grande percentual da população. Em maio de 2020, foi apurado que 90% dos brasileiros com acesso à internet já haviam recebido alguma informação falsa sobre a COVID-19 pelas redes sociais. Ademais, mais de 70% já haviam acreditado em uma *fake news* sobre o tema (MAIS..., 2020).

Esse desafio é agravado pela tendência ao sensacionalismo que se testemunha nas redes sociais. Manchetes e notícias sensacionalistas, por serem aquelas que atraem o maior número de cliques — tanto de apoiadores quanto de opositores — são frequentemente utilizadas como estratégia de *marketing* para atrair popularidade às publicações. Essa tática, entretanto, tende a aumentar ainda mais a propagação das *fake news*, especialmente uma vez que, ainda que a notícia contenha elementos verdadeiros, apenas a chamada costuma ser suficiente para atrair comentários odiosos. A possibilidade de trasladar esse tipo de comentário como proposta política com a imediatez permitida pela internet é, no mínimo, assustadora.

No caso do Brasil, mesmo os mecanismos já existentes de participação direta foram pouco utilizados. Embora a participação virtual ofereça novas possibilidades para a política, preocupa também o papel do histórico autoritário da política brasileira nesse processo (ESPECIAL..., 2020). Diante de um cenário em que a participação política no Brasil é posta em dúvida com frequência, uma oportunidade de participação direta sem o cuidado

adequado à questão pode provocar muito mais danos, consequências dos desafios apresentados, do que vantagens reais.

Vantagens da informação para a democracia direta

A *internet* e mesmo o uso de informação na esfera política não têm, por si próprios, um caráter positivo ou negativo. Depois de terem sido discutidos alguns dos perigos para a democracia que surgem com a realidade das novas tecnologias, é importante ressaltar que o uso das redes pode, por outro lado, trazer oportunidades positivas para a participação democrática.

Uma iniciativa notável que compreende a participação direta dos cidadãos na política é a Ideia Legislativa. No acesso ao portal “E-cidadania”, o Senado brasileiro disponibiliza espaço para que o cidadão possa sugerir propostas de lei (SOUZA, 2017). Essas, se apoiadas, podem chegar ao Plenário. É o caso da PEC número 9 de 2020, que proíbe contingenciamento de despesas em instituições de ensino superior da União Federal e que se encontra em tramitação.

Ainda que não seja alcançado o número de vinte mil apoiadores, necessário para dar seguimento à proposta na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) como sugestão legislativa, as ideias também podem servir como inspiração para propostas realizadas por senadores. Esse é o caso, por exemplo, da proposta do consultor farmacêutico Carlos Santarém para que empresas e órgãos de governo fossem obrigados por lei a oferecer um programa de tradução para libras em seus portais. A sugestão foi adotada pelo senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) (IDEIA..., 2021).

Para garantir que as oportunidades de participação direta sejam aproveitadas em seu máximo potencial, é necessário tomar alguns cuidados que visem à minimização dos possíveis problemas apresentados. Em primeiro lugar, é indispensável que a participação política digital seja adequadamente instrumentalizada, contando com uma plataforma

adequada que assegure a segurança digital do que está sendo proposto. Esse passo é essencial para que a atuação política não se confunda com o ativismo em redes sociais, nas quais frequentemente não há qualquer cuidado ou filtro com a informação propagada ou proposta a ser realizada. Um comentário em um post não pode e não deve ser confundido com uma proposta legislativa.

Ademais, é fundamental que haja esforço para assegurar a veracidade da informação propagada pelos veículos de imprensa, a fim de reduzir a circulação de *fake news*. O debate, ainda que no ciberespaço, pode apenas lançar soluções práticas e vantajosas à sociedade se estiver pautado em questões reais e, portanto, afastado de teorias da conspiração e polêmicas criadas com o único propósito de multiplicar o número de cliques ou o discurso de ódio. Disseminar a conscientização é essencial para que as ferramentas proporcionadas pelas novas tecnologias sejam utilizadas de forma a melhorar a democracia, e não comprometê-la. Hoje, há uma oportunidade a ser levada em consideração, e apenas os usuários da internet possuem a capacidade de transformar seu potencial em uma realidade favorável a todos ou em um novo empecilho para o futuro da democracia.

Referências

- BORBA, J. A democracia direta na era digital. **Resenha Eleitoral**: Nova Série, Santa Catarina, v. 14, 2007. Disponível em: <http://apps.tre-sc.jus.br/site/institucional/catalogo-de-publicacoes/artigos-doutrinarios-publicados-na-resenha-eleitoral/resenhas/v-14-2007/doutrina/a-democracia-direta-na-era-digital/index.html>. Acesso em: 27 ago. 2021
- EMMANUELE, A. Orçamento participativo: como funciona e como participar. **Politize!**, [s. l.], 21 dez. 2016. Disponível em: <https://www.politize.com.br/orcamento-participativo-como-funciona/>. Acesso em: 17 set. 2021.
- ESPECIAL - Democracia direta, novas tecnologias e a participação política. Produção: **TV Senado**. [S. l.: s. n.], 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=avxp12Fh_hM. Acesso em: 27 ago. 2021.
- IDEIA legislativa que propõe uso de tradutor de libras vira projeto de Alessandro Vieira. **Agência Senado**, [s. l.], 17 ago. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/08/17/ideia-legislativa-que-propoe-uso-de-tradutor-de-libras-vira-projeto-de-alessandro-vieira>. Acesso em: 27 ago. 2021.
- ‘FAKE news’ se espalham 70% mais rápido que notícias verdadeiras, diz MIT. **Correio Braziliense**, [s. l.], 8 mar. 2018. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/tecnologia/2018/03/08/interna_tecnologia,664835/fake-news-se-espalham-70-mais-rapido-que-noticias-verdadeiras.shtml. Acesso em: 17 set. 2021.
- MAIS de 70% dos brasileiros com internet já acreditaram em uma fake news sobre coronavírus. **G1**, [s. l.], 3 maio 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/05/03/mais-de-70percent-dos-brasileiros-com-internet-ja-acreditaram-em-uma-fake-news-sobre-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 27 ago. 2021.
- MERELES, C. Democracia direta: um guia rápido para entendê-la!. **Politize!**, [s. l.], 13 jan. 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/democracia-direta-guia-rapido/>. Acesso em: 27 ago. 2021.
- MOVIMENTO 5-Estrelas da Itália elege ex-premiê Conte como seu líder. **IstoÉ**, Roma, 7 ago. 2021. Disponível em: <https://istoe.com.br/movimento-5-estrelas-da-italia/>. Acesso em: 27 ago. 2021.
- SOUZA, I. A Ideia Legislativa como ferramenta de participação política. **Politize!**, [s. l.], 9 nov. 2017. Disponível em: A Ideia Legislativa como ferramenta de participação política. Acesso em: 27 ago. 2021.
- VERDÚ, D. Movimento Cinco Estrelas: o experimento da Itália com a nova política. **El País**, Roma, 3 mar. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/19/internacional/1519044183_420082.html. Acesso em: 27 ago. 2021.

VERDÚ, D. Criado sob discurso da democracia direta na Itália, Movimento 5 Estrelas vira refém da velha política. **El País**, Roma, 29 ago. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/28/internacional/1567007102_639186.html. Acesso em: 27 ago. 2021.

VERDÚ, D. Os dias tristes de Beppe Grillo, o palhaço que triunfou com o experimento político mais estranho da Europa. **El País**, Roma, 7 jul. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-07-06/os-dias-tristes-do-palhaco-grillo-o-palhaco-que-triunfou-com-o-experimento-politico-mais-estranho-da-europa.html>. Acesso em: 27 ago. 2021.